

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

Pauta: Única - Discussão sobre a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional e a Política Municipal de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares.

Participantes poder público: Zoraide Caobianco Modenutte (DPE - NESC), Nathalia Prince (SMDHC - ODH), Giovanna Carlos (SMDHC - Egressos e Familiares), Paula Santos (SMDHC - Egressos e Familiares), Julia Lima (SMDHC - Egressos e Familiares), Adriana Fernandes da Silva (SME - DIEJA), Clarice Shiozawa (SMDHC - CPD), Ana Katarina Barbosa (SMDHC - CPIR), Diego Polachini (DPE - NESC), Marcelo Marchesini (SGM - SEPE), Kauanne Santos (SGM - SEPE), Katia Muniz Amirati (STS Lapa Pinheiros), Marina Costas Esteves Coutinho (Gabinete Suplicy), Sabrina Alexandrino (SMDDET - CT), Maria Lucia Yamashita (SMS), Fátima Bonifácio (SME).

Participantes Sociedade Civil: Bruno Karam, Jociely Santana.

Participantes Organização Social: Mary Jello (Coletivo por Nós), Cátia Kim (ITTC), Audrey Baz (Instituto Recomeçar), Maria Railda Silva (Amparar), Juliane Arcanjo (ITTC), Miriam Duarte Pereira (Amparar), Verônica Ennes (Casa Flores), Patrícia Rodrigues (Instituto Nova Rota), Fábio Pereira (Amparar), Tempestade (FEDSP), Guilherme (Nova Rota), Ivete Belfort (Palavras de Paz), Marina Lage Drumond (Casa Flores), Viviane Balbuglio (FEDSP), Luana Oliveira (Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio e do CDHEP).

Às 14:15 do dia 19 do mês de setembro do ano de 2023, na modalidade on-line, na plataforma Google Meet. Reuniram-se os Srs. e Sras. indicados acima a fim de discutirem a pauta da reunião. A Sra. **Paula Santos** (SMDHC - Egressos e Familiares) e a Sra. **Giovanna Carlos** (SMDHC - Egressos e Familiares) presidiram a reunião.

A Sra. Paula e Sra. Giovanna agradeceram a todos e todas presentes na reunião e pediu que os presentes se apresentassem. Após a apresentação individual dos presentes indicados acima, a sra. Giovanna deu início a apresentação dos informes e encaminhamentos da reunião anterior que foram realizados.

Em relação aos informes gerais dos encaminhamentos, a Sra. Paula disse que foi solicitada a inclusão da SEHAB e da SGM/SEPE entre os órgãos oficialmente convidados pela SMDHC a participar do Grupo de Trabalho. Sobre a modalidade e temática das reuniões,

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

reafirmou que foram as reuniões serão virtuais ou presenciais, excluindo a possibilidade de realizá-las de maneira híbrida, e que as temáticas das reuniões seguintes seriam estabelecidas na reunião anterior, possibilitando que os temas fossem escolhidos de acordo com a evolução das discussões e das demandas postas pela sociedade civil.

Citou ainda a participação da Coordenação de Políticas para População Egressa e Familiares na saidinha do dia 12 de agosto, na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), junto aos movimentos sociais, na qual o setor atuou no acolhimento de denúncias e apoio aos movimentos sociais nas atividades realizadas e demandas postas, bem como pôde divulgar a atuação da Ouvidoria de Direitos Humanos no acolhimento de denúncias e atendimento à população.

A Sra. Giovanna deu continuidade ressaltando as possibilidades e limitações da SMDHC na coordenação da política municipal. Acrescentou que foi efetuado o repasse do convite para os demais espaços e órgãos por meio da publicação da Portaria de criação do Grupo de Trabalho e dos Ofícios de Convocação. Em relação aos documentos sugeridos para leitura e compartilhamento de informações, confirmou o encaminhamento da ATA da reunião anterior e a disponibilização do drive para inclusão de material teórico.

A Sra. Paula salientou que a Coordenação de Políticas para População Egressa e Familiares ainda está alocada à Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CPDDH), e que, portanto, não possui um orçamento específico, limitando a realização de atividades. Disse ainda que a Coordenação tem buscado alternativas para superar as limitações financeiras, como as emendas parlamentares. Nesse sentido, explicou que o setor de Egressos está supervisionando a execução de duas emendas de Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua (CPPRS) e uma parceria com a UNESCO para a produção de uma cartilha informativa direcionada ao público alvo da lei.

Destacou que dentre as diversas pautas importantes, tem-se as pesquisas para compreender o perfil da população atendida e o funcionamento dos serviços municipais relacionados a direitos humanos. Afirmou que o setor de Egressos tem trabalhado na criação de fluxos intersetoriais de atendimento, visando uma maior articulação entre diferentes setores do governo municipal.

Além disso, reafirmou que o setor busca aumentar a atuação do município no atendimento à população egressa do sistema prisional e seus familiares, embora ações como as determinações do cumprimento de pena, pena de multa, indulto e todas as outras etapas processuais do sistema prisional, o controle sobre as unidades e a responsabilidade sobre a pessoa em privação de liberdade sejam de competência federal e estadual, tem-se buscado

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

criar estratégias para consolidar uma partilha de atribuições e fortalecer o atendimento pré-egresso, pós-egresso e às famílias, alinhando essas ações com as políticas públicas territoriais da prefeitura.

Por fim, disse que o Grupo de Trabalho (GT) surgiu como um espaço fundamental para a consolidação dessas ações. Além de acolher demandas, o GT visa promover a participação social desde o início do processo. Tendo em vista que a ideia é ser um espaço de diálogo, colaboração e busca por soluções conjuntas para os desafios enfrentados.

A seguir, a palavra foi passada a Sra. **Mary Jello** (Coletivo por Nós) a qual relatou uma situação preocupante relacionada à saidinha em Campinas. Ela ressaltou que não há recursos disponíveis para aqueles que saem nesse período irem de encontro a seus destinos, bem como não há oferta adequada de oportunidades de trabalho para os egressos do sistema prisional e para as pessoas que estão em semiliberdade, e afirmou que isso representa uma séria violação de direitos. Assim, a Sra. Mary enfatizou a importância de reivindicar ações efetivas para abordar essa situação preocupante, sendo necessário denunciar as violações de direitos para garantir que medidas sejam tomadas para promover mudanças.

A Sra. **Maria Railda** (Amparar) deu continuidade expressando preocupação em relação a problemas durante a saidinha em São Miguel. Ela relatou que houve frequentes problemas com a tornozeleira eletrônica durante a saidinha, a qual apitava com frequência, já que o indivíduo não era do interior, sendo necessário que o NESC comunicasse o poder público sobre a localização do mesmo durante este período.

Ela também referiu-se ao "pecúlio", dinheiro necessário para as despesas durante o período da saída enviado pela família, que é um grande empecilho para a concretização do direito à saidinha, tendo em vista a vulnerabilidade que parte das famílias se encontram.

Sobre a saidinha da unidade de Santana, a Sra. Railda observou que havia uma presença massiva de policiais, incluindo agentes penais e viaturas. Criando um ambiente de vigilância constante e opressivo para os sujeitos que estavam acessando seu direito à saída temporária. Além disso, comentou que as pessoas que estão em cumprimento de pena passam frequentemente pelas revistas vexatórias, antes de sair da unidade e ao retornar, bem como após o período de visitas.

A Sra. Mary comentou ainda sobre a ausência de jumbo, itens, alimentos e produtos de higiene mandados aos presos pelas famílias, e de assistência, por parte da instituição, adequada para as pessoas em restrição de liberdade. Destacou que muitas vezes as famílias não têm recursos financeiros suficientes para enviar o jumbo ou para visitar seus entes em

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

que estão em cumprimento de pena, de forma que estes ficam à mercê dos recursos proporcionados pelas unidades prisionais.

Referente também ao período da saidinha, a Sra. **Tempestade** (FEDSP) solicitou que a SMDHC tomasse providências dentro da prefeitura para resolver a questão do transporte, aludindo a necessidade de passagens gratuitas para aqueles que saem das unidades prisionais durante o período da saidinhas e para a população egressa ao saírem do sistema prisional. Reforça ainda que trata-se de uma violação de direitos, já que é responsabilidade da SAP que essas pessoas saiam com o valor da passagem para retornarem ao seu local de origem.

A sra. Railda seguiu dizendo sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas em cumprimento de pena e seus familiares e destacou a importância da municipalização, de modo que também seja responsabilidade dos prefeitos as pessoas que saem do sistema prisional. Ainda, apontou um problema que algumas pessoas vêm enfrentando, no qual não possuem direito à saidinha devido a realização de alterações no endereço cadastrado, mesmo após solicitação à juíza, em decorrência a uma portaria da SAP. Além disso, afirmou que é exigido às famílias depositarem dinheiro para que seus familiares pudessem acessar o período de liberdade temporária.

Assim, Railda reforçou a ideia posta por Tempestade e afirmou que, como muitas pessoas não são liberadas devido à falta de recursos financeiros, é necessário encontrar formas de viabilizar a gratuidade do transporte, principalmente, para aqueles que estão fora da cidade de São Paulo. Sendo fundamental que o município atue visando garantir que todas as pessoas que têm direito à saidinha possam acessá-la, independentemente de suas condições financeiras ou de sua localização.

Em seguida, a Sra. Paula destacou que o Grupo de Trabalho (GT) é um espaço fundamental para refletir sobre as questões relacionadas às dificuldades, demandas e outros fatores envolvidos nos temas discutidos. Ela sinalizou que a função essencial deste grupo de trabalho será abordada ao longo da reunião para que possam ser pensadas alternativas tendo em vista as possibilidades e limites institucionais.

A Sra. Tempestade afirmou que está exausta em relação aos projetos existentes, que é necessário promover mudanças nas leis para garantir efetividade dos mesmos. Enfatizou que o Governo do Estado é o responsável por aqueles que estão presos e destacou a importância de tratar a questão do transporte através de um projeto de lei. Ressaltando a importância da presença da SMDHC nessa reivindicação para promover as mudanças desejadas e garantir que os direitos e as necessidades dos egressos do sistema prisional e

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

daqueles que estão em cumprimento de pena sejam adequadamente considerados no contexto da legislação.

A seguir, a Sra. Mary relatou que algumas mulheres que tiveram acesso à saidinha em Campinas expressaram preocupação sobre a possibilidade de fechamento das unidades prisionais, o que incluiria a suspensão da visita íntima e da saidinha, e questionou se o setor de egressos tem informações sobre esse assunto. A Sra. Giovanna respondeu que não está ciente desta suposta determinação e afirmou que buscará obter informações sobre essa questão.

Posteriormente, a palavra foi passada ao Sr. **Bruno Karam** mencionou a importância de conseguir vagas no SEFRAS (Serviço Franciscano de Solidariedade) para aqueles que estão no período da saidinha e que não possuem vínculos familiares ou não têm condições financeiras para retornar para seus lugares de origem, visando prevenir a situação de rua destes sujeitos.

Ainda em relação à saidinha, a Sra. Railda trouxe à discussão uma questão relevante relacionada ao tempo de pena cumprido pelos indivíduos. Ela mencionou que há casos em que pessoas que já cumpriram um quarto da pena, mesmo estando em regime semiaberto, não acessam seu direito à saída temporária.

Posto isto, a Sra. Paula fez algumas considerações acerca da saidinha e da atuação da SMDHC, frente aos questionamentos e sugestões realizadas anteriormente. Ela destacou a importância da SMDHC no contexto da política municipal e suas atribuições, bem como a necessidade de se considerar o público-alvo de cada política e suas especificidades, e a oferta de serviços pelo município.

Ressaltou também a necessidade de acompanhar as ações da saidinha e o retorno das demandas postas, especialmente tendo em vista as possíveis violações de direitos que podem ocorrer durante esse período. Ademais, sugeriu a criação de um fluxo para a coleta de denúncias relacionadas à saidinha, com a finalidade de sistematizá-las e encaminhá-las para a Ouvidoria de Direitos Humanos, de modo a permitir uma análise adequada das denúncias e ações efetivas em resposta a elas.

Ainda, mencionou que a SMDHC passará por um processo de reestruturação, no qual a Coordenação de Políticas para População Egressa e Familiares será oficializada institucionalmente, o que poderá resultar em maior autonomia e recursos financeiros para consolidar atividades no futuro. Enquanto isso, estratégias estão sendo adotadas para lidar com os desafios atuais.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

Destacou também a parceria com a UNESCO e o andamento do processo para elaboração da Cartilha de Políticas e Direitos para a População Egressa do Sistema Prisional e seus Familiares. Além disso, enfatizou a importância dos movimentos sociais na pauta, embora haja uma predominância de outros espaços de poder público, assim como o papel fundamental da sociedade civil.

A Sra. Paula destacou que o Grupo de Trabalho (GT) é um espaço no qual a sociedade pode relatar suas demandas, e que tem, como objetivo final a elaboração de um relatório final com as demandas, a fim de subsidiar ações futuras para fortalecer a pauta. Por fim, ela ressaltou a importância das denúncias, demandas e necessidades apresentadas pela sociedade civil, reconhecendo sua importância ao lado dos documentos técnicos elaborados por organizações.

A Sra. Tempestade respondeu que o repasse de denúncias já acontece há anos pelo NESC, mas ela considera positivo que haja mais pessoas empenhadas nesse processo. Mencionou também as dificuldades em conseguir orçamento para a aquisição de kits e outros itens que são distribuídos pelos movimentos sociais nas unidades prisionais durante a saidinha, e sugeriu que a SMDHC ajude na obtenção desses produtos essenciais, bem como brinquedos para as crianças e outros materiais para a saidinha do Natal.

Em seguida, a Sra. Paula destacou a importância de ter contato com as denúncias, pois podem orientar ações e intervenções para garantir que os direitos e as necessidades das pessoas envolvidas sejam adequadamente considerados e atendidos.

Sobre o compartilhamento de informações, a Sra. Mary mencionou a preocupação e o medo que os presos podem sentir ao fazer denúncias, devido ao receio de retaliações ou repressão dentro das unidades prisionais. A Sra. Railda completou ressaltando a importância de verificar a veracidade das denúncias e a necessidade de proteger o anonimato dos denunciadores para evitar represálias tanto para os presos quanto para seus familiares. Enfatizando a importância de criar meios seguros e confidenciais para denunciar eventuais abusos ou violações de direitos, de forma a proteger aqueles que se manifestam.

A Sra. **Nathalia Prince** (ODH) destacou a importância do anonimato e informou que na Ouvidoria dos Direitos Humanos as denúncias e as demandas são encaminhadas de forma a não motivar a repressão contra as famílias e as pessoas restritas de liberdade. Ressaltando a necessidade de proteger aqueles que fazem denúncias, garantindo que não sofram represálias por expor problemas ou violações de direitos.

A seguir, a Sra. Tempestade expressou insatisfação em relação ao horário da saidinha e solicitou que a SMDHC buscasse realizar mudanças nesse aspecto. Ela apontou a

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

necessidade de intervenções na lei para alterar esse horário e melhorar as condições da saidinha.

A Sra. Paula propôs como encaminhamento marcar uma reunião com os movimentos que organizam e coletam denúncias relacionadas à saidinha com o objetivo de definir um fluxo de recebimento e direcionamento das denúncias para a Ouvidoria de Direitos Humanos (ODH), visando lidar com as denúncias e garantir que elas sejam devidamente encaminhadas, analisadas e tratadas de maneira apropriada. Contribuindo para a proteção dos denunciadores e para a busca de soluções em relação aos problemas e desafios enfrentados pelos participantes da saidinha.

Em seguida, a sra. Paula anunciou a pausa para o intervalo.

Logo após o intervalo, a Sra. Giovanna deu início a discussão acerca da Política Municipal e Nacional, ressaltando a complexidade das relações entre essas esferas de poder, as possibilidades e as limitações de poder em cada instância do poder público e como a política nacional é influenciada pelos textos e contribuições da sociedade civil.

Seguiu discorrendo sobre como abordar as diretrizes e princípios postos da política nacional na política municipal é relevante, considerando que as políticas locais devem ser alinhadas com as diretrizes nacionais, mas que também devem refletir as necessidades e características específicas de uma comunidade local. À vista disso, solicitou que a sociedade civil se manifestasse e ressaltou a importância da participação ativa dos cidadãos na formulação de políticas e na influência sobre o processo político.

Assim, a Sra. **Kauanne Patrocínio** (SEPE) questionou que tipo de normativa foi usada para determinar que certas questões não são de competência do município. A Sra. Giovanna respondeu informando-a que a Política Municipal se baseia no espaço de agente mobilizador da política nacional, indicando que a atuação do município é orientada e influenciada pelas diretrizes e regulamentos estabelecidos em nível nacional. Portanto, algumas questões podem ser definidas como responsabilidade da política nacional, e o município opera dentro dos parâmetros estabelecidos por essa política mais ampla.

A Sra. Tempestade destacou o papel crucial do emprego na vida do egresso do sistema prisional. Ela mencionou um projeto anterior que foi revogado e faz um apelo à SMDHC para tentar retomar esse projeto, que estava voltado para o trabalho do egresso.

Ela também compartilhou uma estatística preocupante, indicando que 85% dos egressos do sistema prisional não tinham educação primária, enfatizando a necessidade de programas educacionais e de formação para este grupo de pessoas. Ademais, comentou sobre um projeto de plantações para replantio, sugerindo que a agricultura pode ser uma

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

oportunidade de emprego para os egressos.

A Sra. Giovanna, por sua vez, respondeu mencionando o "pró-egresso municipal" e o POT praças públicas, já que são projetos que já existem no município e que estão previstos na lei municipal.

Dando continuidade aos questionamentos sobre a política municipal, a Sra. Mary ressaltou a importância da moradia para os egressos do sistema prisional. Ela destacou a situação de egressos em situação de rua no centro da cidade, tanto durante as saidinhas quanto em outros momentos. Ela enfatizou a necessidade de estabilidade de moradia para que essas pessoas possam reconstruir suas vidas com sucesso, após o cárcere.

Ela mencionou que, imediatamente, a possibilidade de assistência está nos serviços para a população em situação de rua, mas destaca que estão buscando articulações e alternativas para tal problemática. Posto isso, Sra. Giovanna destacou a importância e necessidade de coletar dados para embasar estratégias específicas, como a implementação de cotas habitacionais para egressos do sistema prisional.

A Sra. Kauanne respondeu à Sra. Mary explicando um pouco mais sobre a atuação da SEPE em relação aos egressos em situação de rua. Bem como, citou a importância de especificar as prioridades da lei, ou seja, definir explicitamente quem são as pessoas abrangidas pela lei e quais grupos específicos estão sendo considerados, como crianças, idosos, jovens, mulheres e homens.

Em resposta, a Sra. Paula destacou a importância de considerar as especificidades dos públicos, incluindo fatores como gênero, raça e sexualidade, ao discutir a situação da população egressa, levando em conta as diferentes experiências e necessidades desses grupos. Ela também mencionou que foi vetada a temporalidade presente em no projeto de lei que definia a condição de egresso.

A seguir, a Sra. Mary ressaltou a importância da informatização para os pré-egressos como uma forma de enfrentar a exclusão digital e tecnológica, considerando a falta de acesso a recursos tecnológicos. Ela propõe a criação de um curso para auxiliar os pré-egressos a adquirir habilidades tecnológicas e a se adaptar ao uso de dispositivos e da internet.

Além disso, foi mencionado durante a reunião o interesse coletivo na criação de um grupo no WhatsApp para facilitar a comunicação e a troca de informações.

Antes da votação da pauta da próxima reunião, a Sra. Giovanna informou que, devido ao 1º Seminário Municipal sobre a População Egressa e Familiares, previsto para o dia 06 de outubro de 2023, a próxima reunião será realizada presencialmente no dia 17 de outubro.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

Após a votação da temática da próxima reunião, a Sra. Giovanna informou que o próximo tema a ser discutido é a saúde e solicitou aos participantes que leiam o material relacionado e tragam propostas para a discussão.

A Sra. **Maria Lúcia** (SMS) perguntou como poderia contribuir para a discussão, e a Sra. **Katia Amirati** (STS - Lapa/Pinheiros) sugeriu que a coordenadoria de saúde da SAP apresentasse informações sobre como a atenção básica e a atenção especializada em saúde são fornecidas dentro do sistema prisional. Ela também destacou a importância da saúde municipal compartilhar informações sobre as ações realizadas nos Centros de Detenção Provisória (CDPs) da cidade, como Pinheiros, Belém e Vila Prudente, em colaboração com a equipe de saúde da SAP.

O Sr. Bruno completou abordando as sequelas enfrentadas pelas pessoas egressas devido aos déficits no sistema de saúde do sistema prisional, ressaltando a importância de discutir e abordar essa questão. Nesse sentido, a Sra. Mary destacou a importância da discussão sobre saúde e compartilhou as denúncias relacionadas às sequelas de saúde que foram apresentadas por pessoas durante a saidinha.

A seguir, a Sra. **Marina Drumond** (Casa Flores) perguntou se a SMADS e a SAP pretendem designar algum representante para participar do Grupo de Trabalho, e é respondida pela Sra. Paula, que afirmou que estão em articulação para obter uma resposta.

Ademais, a Sra. Katia sugeriu que as informações sobre denúncias relacionadas à saúde e doenças, que chegam a ODH e ao NESCS, sejam compartilhadas no grupo de discussão. Ainda, a Sra. Maria Lúcia pontuou sobre o papel do estado na saúde e mencionou a importância de discutir e alinhar as ações do município com o estado para evitar situações problemáticas. A Sra. Paula a respondeu destacando as atribuições da saúde no município.

Concluindo, a Sra. Railda reforçou a importância de discutir a questão da saúde no contexto da população que está restrita, destacando que as famílias muitas vezes não têm informações sobre a saúde de seus entes queridos. Por fim, Tempestade ressaltou a necessidade de instalar banheiros químicos na porta das unidades prisionais durante o período das saidinhas, enfatizando que isso também é uma questão de saúde.

Sem mais demandas e questões a serem discutidas na reunião do GT, a sra. Paula conduziu a leitura dos encaminhamentos para o coletivo.

Os encaminhamentos estabelecidos foram:

- Mapear com a SAP as próximas saidinhas e a quantidade de pessoas envolvidas, a fim de mobilizar as políticas municipais e garantir a presença de serviços de atendimento da ponta durante esses eventos.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

- Criar um grupo no WhatsApp para facilitar a comunicação entre os membros do grupo de trabalho.
- Compartilhar material no âmbito da saúde para que os membros possam acessá-lo facilmente.
- Reforçar a cobrança de demais secretarias que ainda não indicaram um representante para o grupo de trabalho.
- Apresentar os dados coletados sobre denúncias relacionadas à saúde.

Por fim, agradeceu novamente a presença de todos, colocando a equipe à disposição para demais conversas, dúvidas e sugestões e encerrando a discussão.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

1ª Reunião Grupo De Trabalho Sobre A Política Municipal Para A População Egressa E Familiares

ANEXO 1

Lista de siglas

CPDDH - Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;
CPD - Coordenação de Políticas sobre Drogas
CPIR - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;
DIEJA - Divisão de Educação de Jovens e Adultos;
DPE - Defensoria Pública do Estado de São Paulo;
FEDSP - Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo;
ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania;
NESC - Núcleo Especializado de Situação Carcerária;
ODH - Ouvidoria de Direitos Humanos;
POT - Programa Operação Trabalho;
SAP - Secretaria Estadual de Administração Penitenciária;
SEPE - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos;
SGM - Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo;
SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
SME - Secretaria Municipal de Educação;
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação;
SMS - Secretaria Municipal da Saúde;
STS - Supervisão Técnica de Saúde Lapa/Pinheiros.